

REBELIÕES DE EMANCIPAÇÃO

Como já havíamos estudado anteriormente o sistema colonial mercantilista havia esgotado suas potencialidades na segunda metade do século XVIII. Internamente, as contradições entre os colonos e a metrópole já vinham se agravando, antes mesmo deste século. Os movimentos nativistas expressaram esse momento histórico.

A partir de 1769, a situação internacional foi propiciando condições para o fim do colonialismo. Na Inglaterra, a Revolução Industrial exigia uma reestruturação no quadro das relações econômicas entre as diversas nações, tornando-se uma intransigente defensora do Liberalismo Econômico. Os seus princípios fundamentais podem ser resumidos da seguinte maneira:

- a) livre concorrência e livre comércio
- b) defesa da propriedade privada
- c) liberdade de contrato
- d) combate ao mercantilismo
- e) divisão internacional do trabalho

Além disso, é importante salientar que a partir da segunda metade do século XVIII, tornou-se rotineira a ida de filhos de famílias ricas da colônia para estudar na Europa. Esses jovens retornavam ao Brasil impregnados pelas idéias então correntes na Europa, como as do Iluminismo que tinha como principais características:

- a) Críticas ao Estado Absolutista, propondo a limitação do poder real. A crítica se estendia também ao princípio do Direito Divino dos Reis.
- b) Crítica aos privilégios de classe
- c) Crítica a postura da Igreja Católica, sustentáculo do Antigo Regime (Absolutismo e Mercantilismo)
- d) Defesa da não intervenção do Estado no campo econômico
- e) Defesa de um sistema constitucional
- f) A razão é o único guia infalível para se chegar ao conhecimento e a sabedoria
- g) O universo é uma máquina regido por leis físicas que podem ser determinadas e estudadas, não se submetendo a interferências de cunho divino, como milagre por exemplo.

Os principais filósofos do Iluminismo foram:

John Locke (1623/1704)

Obras: Segundo Tratado sobre o Governo, Carta acerca da Tolerância, Ensaio acerca do Entendimento Humano.

Principais teorias: como filósofo político, defendia a teoria da soberania limitada dos reis. Sobre a origem do Estado, afirmava que os homens viviam em “Estado Natural”, onde cada um, por conta própria, defendia seus “direitos naturais” (vida, liberdade e propriedade). Com o tempo, tornou-se necessário organizar a sociedade, delegando, dessa forma, poderes ao governante, cuidando, entretanto, de limitar a ação do Estado.

Jean Jacques Rousseau (1712/1778)

Obras: O contrato Social, Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens.

Principais teorias: Rousseau fundamentou toda a sua doutrina social e política em torno da idéia do pacto. Considerado o “Pai da Democracia”, destacou-se por propor a soberania popular. Afirmava que a função do Estado era a de agir de acordo com a vontade da maioria, desde que, quando o indivíduo homologava o “contrato social”, submetia os seus direitos naturais à comunidade.

Charles de Secondat, Barão de Montesquieu (1689/1755)

Obras: O Espírito das Leis e Cartas Persas

Principais teorias: Foi um dos teóricos que defendeu a soberania limitada dos reis. Difundiu as instituições parlamentares da Inglaterra na obra Cartas Persas. Favorável a monarquia constitucional, celebrizou-se com a teoria dos “Freios e Contrapesos”, que propunha a divisão dos poderes.

François Marie Arouet Voltaire (1694/1778)

Obras: Candido, ou o Otimismo, Cartas Inglesas, Zadig e o Dicionário Filosófico

Principais teorias: Divulgou os princípios da filosofia racionalista e as idéias mais avançadas a respeito da vida política. Destacou-se como principal defensor da liberdade de expressão, manifestando-se contra todas as formas de opressão. Crítico feroz da Igreja, condenou os abusos dos sacerdotes, com forte espírito anticlerical. Era favorável ao regime monárquico, desde que ele se mostrasse sensível aos interesses e direitos da burguesia. Inspirou com suas obras os chamados déspotas esclarecidos.

A mesma ideologia que aprofundava a crise do absolutismo na Europa desmascarava a opressão colonialista no Brasil. Segundo Antonio Mendes Junior, em *Brasil história*, “nas casas dos homens cultos de Vila Rica podia-se encontrar O espírito das leis até O Contrato Social e o pensamento iluminista era absorvido até mesmo por setores do clero, vítima, como se sabe, de enérgicas críticas de Voltaire e filósofos da Ilustração”.

Porém, mais forte ainda foi a influência da luta pela independência dos EUA, iniciada em 1776 e conquistada em 1783. A vitória mostrava que a independência de uma colônia era possível. No Brasil, diante de tantos conflitos, começava-se a questionar o sistema colonial.

POMBAL E O BRASIL

Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, foi o poderoso ministro do rei D. José I, e responsável pelas reformas e medidas políticas de modernização do reino e das relações entre o Império português e suas colônias.

Entre as várias medidas adotadas pelo marquês de Pombal em relação ao Brasil, foram particularmente importantes:

- a) A criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755/1778) e da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, empresas monopolistas voltadas para a dinamização e exploração econômica do Norte e Nordeste, principalmente para a recuperação da agricultura canavieira e algodoeira e o incremento da exportação de produtos como, arroz, cacau, fumo, madeiras, especiarias, couros etc.

- b) A secularização da educação (processo pelo qual o ensino deixa de ser ministrado pela Igreja e passa a ser de responsabilidade do Estado ou de instituições privadas não-religiosas – ensino laico), mediante a instituição do ensino público nas Aulas régias, e a regulamentação do funcionamento das missões religiosas pela Lei do Diretório, que afastou os jesuítas da administração dos aldeamentos, substituindo-os por homens de confiança do Estado, os diretores. A reforma incluiu o uso obrigatório da língua portuguesa pelos nativos catequizados e aculturados.
- c) A expulsão dos jesuítas (1759) de Portugal e de seus domínios coloniais, inclusive do Brasil, com o confisco de suas propriedades, escravos, colégios, paróquias e missões.
- d) A mudança da sede do governo-geral do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), por razões econômicas e estratégicas, ligadas a crescente importância do centro-sul da colônia.
- e) A instituição da derrama (1765), para forçar o pagamento de impostos atrasados na capitania de Minas Gerais.
- f) A construção de várias fortalezas na Amazônia e Centro-Oeste, nas décadas de 1750-1760, para a defesa e estímulo a ocupação territorial; incentivo a imigração (açoriana principalmente) para o Sul, no litoral catarinense, com a mesma intenção.

A INCONFIDÊNCIA MINEIRA (1789)

Na segunda metade do século XVIII, a produção de ouro começou a declinar em ritmo acentuado, afetando gravemente a vida da população mineira – cerca de 400 mil pessoas. As dívidas cresceram, a pobreza alastrou-se e o desalento tomou conta das Minas Gerais. Enquanto o ouro diminuía, a metrópole aumentava sua pressão fiscal (cobrança de impostos) sobre os mineradores, acusando-os de sonegação e contrabando.

Em 1750, o valor mínimo dos quintos a ser pago anualmente pela capitania foi fixado em 100 arrobas de ouro (1500 kg). A partir dessa época, os impostos atrasados deveriam ser cobrados de vila em vila pelos funcionários da Junta da Fazenda, com uso da força policial. Não sendo atingido aquele total, seria exigido um tributo especial que toda a população deveria pagar. Esse imposto ficou conhecido, e temido, como derrama.

Com a queda na produção de ouro, a partir de 1763 os quintos anuais passaram a ser pagos apenas em parte. Os impostos começaram a acumular-se. Em 1769, o governador da capitania proclamou a primeira derrama. Não chegou a executá-la por temer a revolta da população. Tentativas posteriores, feitas nos anos seguintes, igualmente não se concretizaram.

Em 1788, o novo governador, visconde de Barbacena, anunciou para breve uma grande derrama, pela qual seriam cobrados todos os quintos atrasados, somando 595 arrobas de ouro. O anúncio oficial aumentou a indignação da população.

Havia já algum tempo que um grupo de intelectuais e outros membros da elite reunia-se secretamente para discutir a necessidade de libertar o país do jugo de Portugal. Esses homens contribuíram fortemente para a formação de uma consciência crítica em Minas Gerais. Na origem de seu pensamento estavam as idéias liberais propagada na Europa pelos iluministas e o exemplo da Revolução Americana de 1776, que instaurou uma república na América do Norte, separando os EUA da Inglaterra.

Tratava-se de um pequeno grupo, com menos de duas dezenas de pessoas, formado principalmente por gente das camadas superiores da sociedade mineira. A única exceção era o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, homem de poucas posses.

Em seus encontros secretos, os inconfidentes traçaram os planos e objetivos da revolução: reunir homens e armas e buscar apoio dentro e fora de Minas para depor o governo da capitania, aproveitando a revolta popular que viria junto com a definição da data da derrama; constituir uma República, a qual deveriam aderir as demais capitanias; transferir a capital para São João Del-Rei, ficando Vila Rica como sede da primeira universidade brasileira; aumentar o valor do ouro e liberar a circulação dos diamantes; promover o desenvolvimento industrial de Minas Gerais, com a instalação de manufaturas de ferro, tecidos, pólvora, couro e outros produtos.

Os planos acabaram frustrados. Primeiro, pela delação de Joaquim Silvério dos Reis, um dos conjurados, que revelou ao governador os preparativos do movimento em troca do perdão de suas dívidas com a Fazenda Real. Suspendeu imediatamente a execução da derrama, marcada para fevereiro de 1789, e mandou prender os conjurados.

Em segundo lugar, a Inconfidência fracassou por sua própria fragilidade política: apesar das boas intenções dos conspiradores não foram além de idéias e propostas genéricas, sem muita penetração e capacidade de mobilização social. Sobre a abolição da escravidão, por exemplo, as opiniões dividiram-se, sem que fosse possível uma definição clara.

Antes do final de 1789 todos os conjurados estavam encarcerados. Preso no Rio de Janeiro, onde se instalou a Devassa, que durou três anos e o julgamento condenou a morte os 11 dos acusados. Durante o processo, diferentemente de seus companheiros, Tiradentes tentou aliviar a implicação dos outros participantes, o que fica claro nos autos da devassa "... que é verdade que se premeditou o levante, que ele, respondente, confessa ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse nem lhe inspirasse coisa alguma".

A sentença foi modificada por Dona Maria I: estabeleceu-se o degredo perpétuo para os inconfidentes e apenas um serviria de bode expiatório: Tiradentes. A 21 de abril de 1792 executou-se a sentença com requintes de crueldade: "... depois de morto, lhe seja cortada à cabeça e levada a Vila Rica, onde em lugar naus público que seja pregada em poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postos onde o réu teve suas infames práticas, e a casa em que vivia será arrasada e salgada".

Após a devassa e a execução das sentenças, sobrava o lema da Inconfidência, continuando a inspirar novos movimentos: "Liberdade ainda que tardia".

Mesmo fracassada, a Inconfidência Mineira reafirmava o espírito de resistência e contestação da sociedade colonial. Apesar do terror das perseguições e da severidade das sentenças, esse espírito, reforçado agora pela euforia irradiada pela Revolução Francesa, continuaria a se manifestar e surpreender sob diversas formas, em diferentes lugares da colônia.

CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

Até 1797, as autoridades judiciárias não tinham concluído os processos abertos em decorrência direta ou indireta da Inconfidência Mineira. No Rio de Janeiro, por exemplo, ainda estavam presos vários membros da Sociedade Literária, acusados de "falar contra a religião" e "defender a rebelião dos franceses". Mas essa atmosfera repressiva não impediu a emergência de outra revolta, agora na Bahia, com o mesmo desfecho dramático.

A 8 de novembro de 1799, quatro homens foram enforcados na Praça da Piedade, em Salvador: dois soldados, Lucas Dantas de Amorim Torres e Luis Gonzaga das Virgens, e dois alfaiates, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira. Todos eram pardos, ou seja, mestiços. Tinham sido condenados a morte pelo Tribunal da Relação, acusados do crime de conspiração, agitação e propaganda “dos abomináveis princípios franceses”. Sobre ele recaía o peso maior da repressão a um movimento conspiratório que começara por volta de 1794.

A partir dessa época, grupos de pessoas começaram a reunir-se secretamente nos arredores de Salvador para ouvir as últimas novidades da Revolução Francesa e da revolta iniciada em 1792 pelos negros nos domínios franceses de São Domingos (Haiti). Discutiam sobretudo as formas de aplicar na colônia as idéias revolucionárias das Luzes – os princípios iluministas de liberdade, igualdade, soberania e representação popular. Entre essas pessoas estavam alguns proprietários, comerciantes e religiosos, além de vários médicos, professores e intelectuais. Mas a maioria era de artesãos, oficiais de baixa patente, soldados, escravos e negros libertos.

Na metade do ano de 1798, foram divulgados em Salvador folhetos revolucionários que as autoridades chamaram de sediciosos. “Animai-vos Povo Baiense que está para chegar o tempo feliz de nossa liberdade, o tempo que todos seremos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais”, dizia um deles, garantindo já ter atraído o apoio de centenas de pessoas para o “partido da liberdade”.

Outros panfletos anunciavam uma revolução para acabar com “o péssimo jugo reinável da Europa”. Em defesa do livre comércio, garantiam que “viriam todos os estrangeiros, tendo porto aberto, mormente a nação francesa”. Em resumo, proclamava-se o fim do monopólio e da submissão a Portugal e o começo de uma era de liberdade, igualdade e felicidade.

Passado o espanto, as autoridades logo reagiram. Em pouco tempo, graças aos próprios folhetins escritos à mão, chegaram às cabeças do movimento. Feitas as primeiras prisões e abertas as devassas, não foi difícil desbaratar a conspiração. O apoio anunciado de homens graduados, funcionários, militares e religiosos não aconteceu. Foram presas 41 pessoas e processadas 35. Das seis condenados à morte, quatro foram executadas. Entre os presos e processados, a maioria era de soldados, artesãos e escravos, pretos ou mestiços – gente de “ínfima condição”, como foi registrado nos autos dos processos.

O movimento dos conjurados baianos foi, sem dúvida, mais ousado e radical que o mineiro. Sob forte influência da emancipação dos negros do Haiti, um de seus objetivos era extinguir a escravidão também aqui. Essa determinação dava a ele o caráter de verdadeira revolução social.

PARA SABER MAIS

VÍDEO – Os inconfidentes (Brasil, 1972, 100 min, Sagres. Dir.: Joaquim Pedro de Andrade.)

Partindo do ponto de vista da prisão, o filme traça um panorama do movimento de libertação mineiro, que não chegou a se concretizar, tendo sido abortado pela delação de Silvério dos Reis.

SITE – www.terra.com.br/almanaque/inconfidencia/inconfidencia_1.htm